



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ATA N.º 5 – 2015

Assunto: reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 18 de maio de 2015, às 10 horas e 24 minutos, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em reunião extraordinária regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo estado presentes os seguintes membros do Conselho Académico (CA):

Membros docentes:

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Pereira

Dr. Tiago Antunes (em substituição do Prof. Doutor João Miranda)

Membros não docentes:

Senhora Conceição Feiteiro

Dr. Miguel Martins

Membros discentes:

André Pinto

Filipe Nascimento

Graça Silveira

Lucas Velho

Os Professores Doutores João Miranda e Rui Ataíde informaram que não podiam comparecer.

Também participaram na reunião, nos termos regulamentares, sem direito de voto, a Diretora Executiva, Dr.^a Ana Paula Carreira, Senhor José Miguel Vitorino, Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAF DL), e a Chefe de Gabinete do Diretor, Dr.^a Heloísa Oliveira.

Estiveram na reunião, para emissão de opinião técnica e para prestação de esclarecimentos:

- i) O Arquiteto Rui Paiva, autor do projeto;
- ii) O Engenheiro Geraldos Cardoso, autor de um dos pareceres, engenheiro responsável pela manutenção e supervisão em matéria de segurança da FDUL, há cerca de 15 anos;
- iii) O Engenheiro Mário Bomba, funcionário da Reitoria que tem acompanhado todas as obras realizadas na FDUL nos últimos anos;
- iv) O Arquiteto João Morais, autor de um dos pareceres, feito a pedido do Engenheiro Mário Bomba.

A reunião foi convocada com o ponto único:

Obras de reorganização de serviços administrativos e de salas de aula.

O Diretor iniciou a reunião, referindo que está há muito identificado o problema de falta de espaço para os serviços administrativos e de dispersão. Os documentos enviados consubstanciam uma proposta, uma solução concreta.

Em termos de metodologia, o Diretor entendeu dar a palavra ao autor do projeto, Arquiteto Rui Paiva, e, de seguida, aos demais especialistas para que se processe a uma avaliação das condições de trabalho.

Como ponto prévio, o Dr. Tiago Antunes esclareceu que estava em substituição do Prof. Doutor João Miranda, que não podia estar presente, tendo ainda sublinhado que, atendendo à incompatibilidade estatutária, tinha previamente renunciado ao mandato no Conselho de Escola.

A Senhora Conceição Feiteiro colocou dúvidas quanto à substituição do Professor João Miranda pelo Dr. Tiago Antunes, e, sendo possível, referiu que até agora não tinha sido tradição a substituição dos conselheiros docentes e não-docentes.

O Dr. Tiago Antunes respondeu que foi eleito, desde início, como suplente do Prof. Doutor João Miranda.

Tomou então a palavra o Arquiteto Rui Paiva, autor do projeto, que explicou que lhe tinha sido pedido que fizesse um projeto de reorganização dos serviços para reaproveitamento daquela zona. Desde o início tinha referido que o local tinha potencialidades, mas que era necessário ter uma grande cautela quanto à luz e à renovação do ar, bem como as demais condições.

A Prof.^a Doutora Lurdes Pereira, notando que se tratava apenas de um projeto de arquitetura, não tratava ainda questões técnicas, como, por exemplo, a qualidade do ar.

O Arquiteto Rui Paiva respondeu que se tratavam de questões que seriam tratadas por uma mesma equipa.



A Prof.^a Doutora Lurdes Pereira pediu confirmação de que se pretendia uma substituição integral dos tijolos de vidro por vidro transparente, dado que tinha ficado com a ideia de que o corredor se mantinha e não havia contacto direto com o exterior.

O Arquiteto Rui Paiva, recorrendo ao projeto de arquitetura, explicitou que o corredor que confinava com a Divisão Académica se mantinha, desaparecendo o outro, colocando-se vidro, de modo a entrar luz natural.

O Diretor informou que tinha tido uma breve conversa informal com o concessionário do bar do piso 1, fazendo notar que era necessário que o bar recuasse, de modo a, caso vencesse o projeto em discussão, houvesse uma diminuição relevante do barulho.

A Prof.^a Doutora Lurdes Pereira e o Dr. Tiago Antunes manifestaram-se favoráveis a uma alteração no bar, por aspetos organizativos e estéticos.

O Senhor Filipe Nascimento fez notar uma discrepância no parecer do Engenheiro Geraldes Cardoso, que refere sala 10.13 no título, as 10.03 noutros locais, respondendo o autor do parecer que se tratava de um lapso.

O Diretor deu então a palavra ao Engenheiro Geraldes Cardoso, que começou por referir que um parecer era uma opinião pessoal, baseada em textos jurídicos, mas que fazia a distinção entre o que era legal e o que era legítimo e que, como engenheiro, tinha analisado a questão das duas perspetivas. No ponto de vista da arquitetura, era necessário potenciar a paisagem, como zona de descompressão, e a incidência de luz indireta, criando um espaço de repouso muito agradável. Deu, como exemplo, a Biblioteca do Goethe-Institut em Lisboa, que, seguindo o mesmo modelo, é uma zona vidrada muito agradável, com um espaço fascinante de concentração e de estudo. Do ponto de vista da engenharia, referiu que há muita luz natural. Reiterou que a qualidade do ar e a temperatura eram os pontos fulcrais que determinavam a qualidade de um espaço. A humidade também poderia ser um aspeto relevante, mas naquele local em concreto o problema não se coloca. Sublinhou que, como consta do parecer, o atual sistema de ar condicionado não é adequado, pelo que teria de ser instalado outro. Concluiu, dizendo que tinha verificado todas as condicionantes legais, referindo que, por exemplo, não está atualmente a ser cumprido, naquelas salas, o mínimo de pé direito, pelo que era necessário um levantamento do teto falso, para cumprir o 2,70 metros exigíveis. Mas todos pontos se podiam facilmente resolver, desde que se pensasse antes de agir.

Tomou de seguida a palavra o Arquiteto João Morais, que afirmou ter procedido à verificação das questões relativas à iluminação, bem como as demais condicionantes legais, e que concordava com o Engenheiro Geraldes Cardoso. Relativamente ao pé direito, em termos arquitetónicos era necessário ver, além do limite mínimo de 2,70 metros, a proporção entre a dimensão da sala e o pé direito. Acrescentou que, quanto à zona exterior, estavam perfeitamente a ser cumpridos os limites impostos pelo Regime Geral das Edificações Urbanas, pelo que não antevia nenhuma limitação à concretização



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

do projeto, dando até exemplos no parecer, devendo o arranjo contemplar espécies vegetais e água, elementos que provocam sempre uma melhoria do humor e da produtividade. É portanto indispensável que a parede de tijolo seja substituída por vidro, com o mínimo de caixilho possível, para permitir a sensação de contacto com o exterior. Outra questão ainda é a possibilidade de usufruir do ar, evitando que a renovação seja exclusivamente mecânica, a pintura com cores claras. Concluiu que a iluminação era mais do que suficiente, em especial se se fizesse em open space, permitindo o nível de luz normal.

O Diretor agradeceu as explicações dadas pelos pareceristas, perguntando ao Engenheiro Mário Bomba, que tem acompanhado todas as obras na Faculdade, se tinha mais alguma coisa a acrescentar.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que tinha procurado a máxima independência dos pareceristas, sublinhando que o Engenheiro Geraldês Cardoso e o Arquiteto João Morais nem conheciam o autor do projeto antes da reunião do Conselho Académico. Referiu que, na sua opinião pessoal a luz no espaço era mais do que suficiente e superior ao exigível; que já tinha agendado na Reitoria uma medição de luz. Enfatizou que a estrutura aqui proposta, com pátio inglês, é feita por todo o mundo, incluindo para habitação, e que as limitações legais foram já largamente ultrapassadas. Relativamente ao tratamento do ar, referiu que a falta de qualidade do ar resulta de sistema de ar condicionado que filtram o mesmo ar, injetando apenas 10% de ar novo, em vez de injetarem ar novo. A renovação do ar é central e tem de constar nas especificações técnicas do AVAC, de modo a cumprir as exigências legais. Isto pressupõe que não são colocadas no espaço mais pessoas do que o previsto. Em termos de luz, concluiu que a abertura para o exterior era fundamental, podendo até equacionar-se uma descida da altura do muro para entrar mais sol direto.

A Senhora Conceição Feiteiro começou por referir que não pretendia pedir esclarecimentos aos peritos, uma vez que são seguramente pareceres honestos. Contudo, não dispunha de nenhuma fotografia do seu futuro local de trabalho. Perguntou ainda o que fariam em dias de chuva ou frio, pois não poderiam ir descomprimir ao espaço de jardim apresentado no projeto, referindo ainda que no inverno os dias são mais escuros do que o apresentado nas fotografias e, logo, não teriam luz natural. Colocou ainda objeções quanto às instalações sanitárias, porquanto os sanitários das senhoras passariam a ser utilizados, de imediato, por 17 pessoas no mínimo.

O Engenheiro Geraldês Cardoso respondeu às questões colocadas, começando por dizer que não se iria pronunciar quanto à questão da racionalidade da medida em termos de custos/benefícios. Quanto à projeção do espaço, era simples fazê-la, até em vídeo. Referiu ainda que os atuais locais de trabalho, no piso 2, têm más condições de trabalho: as dimensões são desadequadas, o pé direito é demasiado alto e, pela disposição das mesas, também não estão a usufruir da luz natural. Os funcionários até podem estar

adaptados às atuais condições, mas hoje em dia não seria admissível fazer um local de trabalho administrativo naquelas condições.

A Senhora Conceição Feiteiro referiu que estava a falar de ter luz natural, ao que o Engenheiro Geraldês Cardoso respondeu que, neste projeto, teriam mais luz e vista para a rua, que hoje em dia não têm, atendendo à disposição das mesas.

O Arquiteto João Morais referiu que o pé direito tem de ser equilibrado e que, apesar de a perceção do espaço ser individual, há um equilíbrio que tem de ser garantido. Era necessário adaptar o espaço às pessoas, até com o tipo de mobiliário e localização do mesmo na sala. Por exemplo, estar de costas para a janela causa grande desconforto ocular.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que na Reitoria havia um espaço, no piso 0, onde só havia técnicos e uma caldeira dos anos 50. Quando se falou em mudar de local, houve uma grande resistência dos funcionários, e portanto, para dar o exemplo, primeiro foram para lá os técnicos – engenheiros e projetistas. Atualmente estão lá os serviços instalados, não se registando descontentamento, sendo um local enterrado até ao limite da janela, com um jardim inclinado junto à janela. O espaço é adequado, havendo inúmeras cidades que recorrem muito a este tipo de construção, como Nova Iorque. Chama-se pátio inglês porque foi em Inglaterra que foi difundido, num local onde a humidade é muito superior e a intensidade da luz natural é muito inferior.

A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que não fazia sentido a explicação do Senhor Bomba porque não estarmos nem em Inglaterra, nem nos Estados Unidos; as nossas características e clima são bem diferentes dos países citados, bem como imaginava que o Senhor Diretor não estaria a pensar enviarmo-nos para lá, para estágio de preparação ao novo espaço. Referiu ainda que tinha trabalhado na Reitoria e que entendia que aquelas condições não eram dignas.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que se tinha sentido muito dignificado com a mudança e que os trabalhadores estavam satisfeitos.

O Diretor sublinhou, então, que não valia a pena discutir um espaço que não estava em causa e que, além do mais, tinha piores condições do que o que estava a ser apresentado.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que não se podia ter apenas em conta a opinião das pessoas que não estão satisfeitas, mas também as daquelas que estão.

A Prof.^a Doutora Lurdes Pereira colocou ao Diretor duas questões: uma vez que a conceção do espaço dependia do número de pessoas que lá estavam instaladas, gostaria de saber quantos trabalhadores é que estariam envolvidos; que salas de aula é que se iriam criar; e que custos é que se previam.

O Diretor esclareceu que, além da sala que se criava com a junção da sala do Núcleo Financeiro e do Núcleo de Recursos Humanos – mediante transferência de uma sala do Instituto Europeu para uma sala contígua, sem perda de área, que já tinha merecido a

JDP

concordância do Presidente, Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira -, criava-se também uma sala da junção das salas 12.41 e 12.42; além da sala atualmente ocupada pelo Centro de Apoio ao Estudante (10.08), que voltará a ser sala de aulas, à semelhança das demais salas contíguas, e da sala 11.31, ao lado do Anfiteatro 4, com a libertação do espaço da atual copa.

Tomou então a palavra o Arquitecto Rui Paiva, informando que, já com ar condicionado, o custo da obra se fixava abaixo do € 200.000,00.

A Senhora Conceição Feiteiro questionou ainda quando seriam os custos de manutenção da área exterior.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que esta área exterior era complementar à que já existe, no piso 1, junto ao bar e cuja manutenção era feita atualmente de forma muito artesanal, devendo instalar-se um sistema de rega automática, que abranja as duas zonas. Quanto aos custos, a obra está pensada para ter um custo entre € 150.000,00 e € 200.000,00.

O Presidente da AAFDL perguntou como seria o material das novas salas de aulas, sublinhando a necessidade de se substituir algum do material das salas do piso 0, sendo que o melhor, atualmente, é aquele que está nas salas 10.13 a 10.17.

A Dr.^a Heloísa Oliveira referiu que as salas novas teriam novo mobiliário, na linha das salas feitas há um ano; e que o material destas salas (10.13 a 10.17), que está em melhores condições, poderia substituir o das salas 10.01 a 10.11.

A Senhora Conceição Feiteiro levantou questões quanto ao que ali se apresentava em fotografia, faltando saber ainda, quer o tipo de divisórias a utilizar na separação dos espaços, bem como que tipo de móveis, pois sem essas informações, desconhece-se que luz poderá ser ainda retirada ao espaço, continuando a pedir que o Senhor Diretor solicitasse um parecer ao Ministério do Ambiente. O Diretor referiu que a informação que tinha da Reitoria era de que a Autoridade para as Condições de Trabalho não estava a dar pareceres. A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que estava a falar de um serviço do Ministério do Ambiente.

O Presidente da AAFDL referiu que lhe parecia que as questões colocadas pela Senhora Conceição Feiteiro na última reunião tinham ficado salvaguardadas. A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que os trabalhadores não acreditam que o resultado final seja o que ali estava a ser apresentado, e lembrou o resultado final das obras da Tesouraria onde houve garantia de que ficariam se não melhor, pelo menos igual.

O Presidente da AAFDL agradeceu as plantas enviadas, já que as tinha solicitado, mas que era ainda necessário acautelar a situação da sala da ELSA. Perguntou ainda quando seriam concluídas as obras de instalação de ar condicionado na Sala de Estudo, dado que no fim de semana havia mais de 150 pessoas na Sala de Estudo.





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Engenheiro Mário Bomba respondeu à última questão colocada, referindo que a obra de instalação do AVAC estava adjudicada, que a intervenção no exterior já estava concluída, estando os equipamentos instalados na cobertura, e que faltava apenas a intervenção no interior. Essa intervenção no interior levaria cerca de 15 dias pelo que, para não encerrar a Sala de Estudo em tempo letivo, seria feita em agosto.

O Diretor pronunciou-se de seguida quanto à sala da ELSA, referindo que a atual sala não tinha condições e que, em articulação com a AAFDL, garantia que seria encontrada uma solução.

A Senhora Graça Silveira registou, com pesar, que a intervenção na Sala de Estudo não ficasse concluída, no que toca ao ar condicionado, antes do final do ano letivo, dado que esse tinha sido o prazo avançado para o efeito, perguntando ainda se em agosto também seriam feitas as adaptações para a instalação de computadores.

O Arquiteto Rui Paiva respondeu que estava neste momento em estudo a instalação dos equipamentos informáticos, para executar na intervenção de agosto.

A Senhora Graça Silveira referiu que a FDUL tinha de resolver o problema da sala da ELSA, concordando que o atual local não tinha condições, e que a definição da situação devia ser feita antes das obras.

O Senhor Filipe Nascimento concordou com as intervenções do Presidente da AAFDL e da Senhora Graça Silveira quanto à sala da ELSA. Quanto ao projeto, agradece ao Diretor o esforço na apresentação da documentação, tendo sido claro que todos os pareceres são a favor. Não obstante, continua sensível às preocupações dos trabalhadores, dado que ainda se registam inquietações. Colocou então à Senhora Conceição Feiteiro se as objeções ficariam resolvidas com o parecer do Ministério do Ambiente; e ao Diretor se estaria disponível para solicitar esse parecer.

A Senhora Conceição Feiteiro reiterou que os trabalhadores não são contrários à junção dos serviços, mas com condições de trabalho e que precisavam de mais dados.

O Diretor respondeu que as observações dos funcionários eram legítimas, mas que já tinham sido pedidos pareceres a dois especialistas e que não se tratava aqui de subjetividades.

A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que, como todo o respeito, são pareceres pedidos pelo Diretor da Faculdade, que o Engenheiro Mário Bomba era da Reitoria e portanto tudo era próximo da Faculdade. Logo, não era uma entidade independente.

O Arquiteto Rui Paiva referiu, a este propósito, que pedir outro parecer era apenas adiar a obra, dado que o atual projeto estava já muito para lá do que é exigido pela lei.

O Senhor Lucas Velho interveio, começando por agradecer aos convidados os esclarecimentos, que tinham feito avançar o órgão, dado que alguns problemas tinham desaparecido, como por exemplo a questão da luz natural, que estava assegurada. Havia outros problemas que se mantinham, como o pé direito e a ventilação. De qualquer

forma, era claro que tinha de haver uma reforma do espaço, fosse para alunos, fosse para funcionários. Colocou ainda duas questões: se já estava pensado o modelo de organização de espaço – gabinetes, *open space*, cubículos – e se era possível a construção de uma casa de banho.

O Arquiteto Rui Paiva respondeu que existia um estudo prévio e que, dentro de cada serviço, havia *open space* e paredes a dividir, exceto entre o Núcleo Financeiro, Recursos Humanos e Gabinete de Chefia, que teria paredes de vidro, embora com forma de individualizar; e que havia espaço para fazer mais instalações sanitárias.

O Senhor Lucas Velho referiu ainda que, sendo nesse espaço as paredes de vidro, seria fácil a passagem da luz. Concluiu ainda que, embora possam certos pontos ser discutidos, esta reforma liga-se com problemas que estão identificados e devem ser resolvidos, como por exemplo a dispersão dos arquivos.

A Senhora Conceição Feiteiro referiu que não havia dispersão de arquivos, uma vez que cada serviço tinha os serviços junto a si. O Diretor referiu que, objetivamente, os arquivos estavam dispersos por várias áreas da Faculdade. A Dr.^a Heloísa Oliveira referiu que, por exemplo, o arquivo do Núcleo Financeiro estava na garagem.

O Senhor Lucas Velho referiu então que havia serviços que não tinham, atualmente, garantidas boas condições de trabalho, designadamente o Centro de Apoio ao Estudante. Haveria por isso casos que deviam, pela sua especial relevância, ser ponderados em concreto, por serviço.

O Dr. Miguel Martins interveio, sublinhando que não havia, em abstrato, oposição a ser alterado o local de trabalho, desde que se mantivessem pelo menos as mesmas condições de trabalho, e que a concentração dos serviços era positiva. Que hoje se tinha deslocado ao Centro de Apoio ao Estudante (CAE), e que as Colegas tinham referido que era importante que o CAE estivesse no piso 0, junto dos alunos e da Divisão Académica, porque são estes os serviços com os quais os alunos têm mais interação. Contudo, era necessário ressaltar os aspetos centrais: insonorização, luz e ar.

A Senhora Conceição Feiteiro referiu que a Dr.^a Maria José Abreu era contra um espaço sem luz e perguntou ao Senhor Lucas Velho se não achava que o Gabinete Erasmus, que faz atendimento a alunos, devia estar no piso 0 e porque é que se defendia, então, a transferência.

O Senhor Lucas Velho respondeu que não se opunha, bastava que se fizesse a proposta.

O Dr. Miguel Martins interveio, dizendo que também lhe parecia que os assuntos relativos ao atendimento aos alunos deviam ser tratados na Divisão Académica. Concluiu que era, precisamente, um assunto que estava a ser tratado, estando a ser formados trabalhadores para fazerem esse atendimento. Contudo, o Gabinete Erasmus tem também um componente forte de Relações Internacionais e que, nesse aspeto, deve funcionar junto dos serviços dessa área, como o Instituto da Cooperação Jurídica. Mas este assunto para nós não é novo.



O Director sublinhou que o CAE está, de facto, num espaço pensado para serviço lectivo, sem adequação às necessidades de um serviço administrativo, tendo sido contactados os Presidentes das unidades envolvidas – Saídas Profissionais e Responsabilidade Social – que manifestaram satisfação com esta mudança, uma vez que seria uma melhoria, uma elevação do nível de profissionalismo do serviço e com maior visibilidade. Quanto à questão dos arquivos, solicitava à Diretora Executiva que se pronunciasse quanto à dispersão.

A Diretora Executiva respondeu que o arquivo da área financeira estava junto ao arquivo da Biblioteca, que o arquivo do Núcleo de Recursos Humanos está na área dos museus e que o arquivo da Divisão Académica está numa sala de aula, onde os trabalhadores também comem.

O Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues cumprimentou os arquitetos, engenheiros e membros do Conselho Académico, registando que, do ponto de vista formal, havia oposição dos funcionários. Concordava com o procedimento de inquérito instaurado pelo Diretor e perguntou se não seria melhor aguardar o resultado do mesmo. Perguntou também se tinha sido ponderado o impacto orçamental das obras, no sentido de existirem excedentes para outros projetos. Perante os pareceres emitidos pelos especialistas, não se pronunciava, concluindo que a obra terá todo o mérito.

A Diretora Executiva referiu que havia verbas para todas as obras projetadas para 2015, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental.

O Diretor referiu de seguida que o inquérito não tinha qualquer impacto quanto a estas obras. O Prof. Doutor Nuno da Cunha Rodrigues concordou que não havia relação direta, mas atendendo ao inquérito talvez fosse mais ponderado esperar, atendendo à oposição dos funcionários.

O Dr. Miguel Martins reiterou que, quanto aos funcionários não-docentes, havia unanimidade quanto à necessidade de salvaguardar as condições de trabalho, mas que, quanto aos trabalhadores afetos, havia funcionários contra e funcionários que não se opunham.

A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que não se deviam tomar em conta a opinião de bolseiros e que tinha mandado email a pedir pronúncia e que ninguém se tinha pronunciado a favor.

A Dr.^a Heloísa Oliveira referiu que já na última reunião do Conselho Académico não tinha querido intervir neste ponto, porque havia membros que representavam os funcionários; mas que tinham sido ouvidos, um a um, todos os trabalhadores afetados e que não era verdade que todos tivessem manifestado oposição ao projeto. Por exemplo, a Dr.^a Elisa Lima tinha colocado questões quando à luz natural e, depois de respondido que haveria janelas, pediu para ter em conta a luz em excesso, que também era perturbadora do trabalho; a responsável pela área financeira, Dr.^a Ana Ramos, tinha referido que a expansão era urgente, concordou com sugestões técnicas dadas pelo



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Senhor José Henriques, disse que talvez fosse preferível noutra local, mas que era uma decisão que competia à direção e que o aumento da área era urgente; a Dr.^a Maria José Abreu referiu que estava há pouco tempo naquele serviço, que não tinha opinião formada, mas era opinião da Presidente, Prof.^a Doutora Rute Saraiva, que era necessária uma ampliação; contudo, tinha um problema grave numa vista, pelo que precisava de luz natural. Concluiu, assim, que nem todos os trabalhadores se opunham ao projeto, embora todos tivessem manifestado as mesmas preocupações quanto à garantia de condições de trabalho.

A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que, atendendo a que os trabalhadores diziam que concordavam com as intervenções interiores, para não se estarem a repetir, era assim que tinha interpretado.

A Diretora Executiva referiu então que já se tinha percebido que, tecnicamente, o espaço reunia condições e que o que estava em causa era uma questão política, não era uma questão técnica.

O Senhor André Vieira Pinto interveio então para referir que a maioria das questões colocadas na reunião anterior já tinham sido respondidas e que estava esclarecido, mas que uma reforma que não fosse apoiada pelo setor que o afeta é problemática. Sugeriu, então, um mecanismo de acompanhamento das obras, para evitar que se ocorresse aquilo que estava a ser dado como motivação: a existência de desvios face ao projeto, tendo em conta que este reúne as condições. Perguntou ao Diretor se estaria disposto a isto e se, assim, a Senhora Conceição Feiteiro votaria favoravelmente.

O Diretor respondeu que estava aberto a essa opção. A Senhora Conceição Feiteiro respondeu que os Colegas lhe tinham dito que queriam um parecer independente e que não havia motivo para não o pedir.

O Senhor André Vieira Pinto ressaltou que havia uma guerra entre setores da FDUL e que isso não lhe dizia respeito, estando apenas a sugerir um mecanismo em que os mais interessados tinham intervenção.

A Senhora Conceição Feiteiro concluiu que mantinha a oposição.

O Engenheiro Mário Bomba referiu que o acompanhamento do projeto tinha sempre interesse e que depois, na fase da obra, já nada havia a mudar. O acompanhamento sempre tinha sido feito por uma Comissão de Obras, sendo a anterior presidida pelo Prof. Doutor João Miranda. Concluiu que o desenvolvimento deste projeto de arquitetura podia e devia ser acompanhado, incluindo funcionários.

O Dr. Tiago Antunes interveio, agradecendo as explicações técnicas dos especialistas, sendo do seu entendimento que todos estavam já devidamente esclarecidos e estavam capacitados para decidir. Referiu que a intervenção no espaço, mesmo para sala de aulas, sempre seria necessária e que era óbvio que o *status quo* não devia ser mantido, que os docentes e os estudantes deviam querer salas com melhores condições e com melhor mobiliário; do ponto de vista de gestão do espaço, fazia todo o sentido que os

serviços estivessem concentrados; que naturalmente que têm de ser acauteladas as condições de trabalho, mas que se solucionaram todos os problemas. Mas que, ou se considera que os pareceres são sérios rigorosos, ou não; e que garantem que estão acauteladas as condições ou não; e que, se são rigorosos, não fazia sentido pedir mais pareceres.

O Diretor referiu que existia um problema, que isto era proposta de solução e que garantia que seriam acauteladas outras duas questões: a criação de mais uma zona de sanitários e a afetação de outro espaço à ELSA.

A Senhora Graça Silveira perguntou à Senhora Conceição Feiteiro se aceitariam o projeto com o parecer do Ministério do Ambiente, que respondeu que dependeria do conteúdo do parecer e que o mesmo teria de ser posto à consideração dos trabalhadores antes de qualquer vinculação de obras de reorganização naquele espaço.

A Senhora Graça Silveira respondeu que, para se avançar, era necessário encontrar caminhos, caso contrário a discussão não daria frutos, e voltou a perguntar se os funcionários aceitariam o projeto com o parecer favorável do Ministério do Ambiente quanto às condições de trabalho.

O Diretor referiu que, existindo um problema, cabia ao Conselho Académico não protelar. Estando na mesa uma proposta, com pareceres, o Diretor defendeu que tudo estava acautelado e que o órgão tem a responsabilidade de resolver os problemas da Faculdade, não podendo estar sempre simplesmente a detetá-los.

A Dr.^a Heloísa Oliveira defendeu que, na sequência da proposta apresentada pelo Senhor André Vieira Pinto, devia ser constituída uma Comissão que acompanhasse e que garantisse que todas as preocupações manifestadas no órgão eram efetivamente acauteladas. Tratando-se de uma obra superior a € 150.000,00, seria necessário fazer um concurso público, com prazos apertados. Propôs, portanto, que ficasse essa Comissão encarregue de acompanhar o projeto, sob pena de ter de reunir o Conselho Académico todas as semanas.

O Senhor Lucas Velhos sublinhou que devíamos ser sensíveis a todas as questões que se colocam, mas que, se queríamos que se avançasse num certo sentido, não podíamos discutir todas essas questões no órgão. O Senhor André Vieira Pinto subscreveu esta intervenção.

A Senhora Graça Silveira concordou, mas considerou que o projeto final devia ser aprovado no Conselho Académico, acrescentado o Senhor Lucas Velho que isso deveria ocorrer já com um parecer favorável da Comissão.

Tomou então a palavra a Senhora Conceição Feiteiro para dizer que iria votar contra pelo que tinha dito na última reunião e também porque entendia que o crescimento da FDUL devia ser feito através da ampliação da Biblioteca e da construção de um edifício para os Institutos de Investigação, em vez de fazer obras ad hoc. Reiterou que os





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

serviços deviam ficar todos juntos, mas não na cave, juntando declaração de voto de vencido.

O Diretor sublinhou que a luta pela ampliação da Biblioteca também era sua, mas que isso não tinha conexão com este assunto.

O Diretor colocou então à votação, conjuntamente, (i) o anteprojeto de arquitetura, com zona exterior (Anexo I), com acrescento de instalações sanitárias, sob condição de atribuição de outro espaço à ELSA e (ii) a criação de uma Comissão de acompanhamento (composta por um docente, um funcionário, um aluno, tendo a AAFDL representação), sendo o projeto aprovado no Conselho Académico. A proposta foi aprovada, com 5 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções (cfr. Declarações de voto em anexo).

Os estudantes designaram como representante o Senhor André Vieira Pinto.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade encerrou os trabalhos às 12h50.

O Presidente do Conselho Académico

Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro



DECLARAÇÕES DE VOTO

Abstive-me na votação porque entendo que uma reforma deve ser feita com o acordo dos envolvidos e, neste caso, a proposta apresentada, não satisfaz os funcionários não docentes. Sendo um funcionário docente, abstenho-me.

Nuno da Cunha Rodrigues
(prestada na reunião)

Não sou contra esta obra, que reconheço que traz vantagens, mas abstive-me para manifestar a minha preocupação com os funcionários.

Filipe Nascimento
(prestada na reunião)

Embora haja consenso no sentido de que é necessário mudar e de que há vantagem em concentrar, não houve consenso quanto ao anteprojeto, pelo que não poderei votar favoravelmente a proposta.

Miguel Martins
(prestada na reunião)

Votei contra a proposta de obras na cave (salas de aulas chamadas de “aquários”, tendo em vista a reorganização dos serviços administrativos, não por estar contra a reorganização que pretende juntar serviços técnico/administrativos, mas sim por esta reorganização transferir os serviços instalados em locais com as condições necessárias a um posto de trabalho (exemplo: luz natural, renovação de ar, etc.) para a cave, onde as condições de trabalho serão, na minha perspetiva, piores e violadoras da lei vigente.

Votei ainda contra a proposta de obras tendo em vista a reorganização dos serviços administrativos, porque a proposta não colhe maioritariamente o parecer favorável dos trabalhadores não docentes afetados pela mudança e nem outros trabalhadores da Faculdade que se encontram em condições péssimas do ponto de vista da localização do seu posto de trabalho, e ainda, por se duvidar da racionalidade da medida e ainda por não se perceber a recusa do Senhor Diretor e de alguns Conselheiros em aceitar se peça um parecer sobre o assunto ao Ministério do Ambiente, Entidade habituada a emitir pareceres sobre a matéria.

Conceição Feiteiro

Na reunião extraordinária do Conselho Académico, realizada no dia 18 de Maio, que teve como ordem de trabalhos um ponto único relativo às obras de reorganização de serviços administrativos, votei favoravelmente a deliberação final quanto a este tópico.

Apreciando os seguintes pontos favoráveis:

- Há unanimidade relativamente à reorganização dos serviços administrativos;
- Há consenso quanto à necessidade de realojamento de alguns dos serviços administrativos da faculdade, nomeadamente do Centro de Apoio ao Estudante;
- Foram apresentados pareceres favoráveis de arquitetos e engenheiros ao anteprojecto apresentado ao Conselho Académico, tendo em conta as normas de higiene e segurança nos locais de trabalho previstas no DL 243/86 de 20 de Agosto;

Tendo em conta os seguintes pontos desfavoráveis:

- A oposição dos funcionários quanto à mudança pretendida pela Direção;
- A necessidade de atribuição de uma outra sala destinada à sede da ELSA – European Law Students Association – , dado que a actual será afetada pelas obras;

O meu sentido de voto teve por base as seguintes considerações:

- 1) É importante e necessário que seja apresentado um projeto final que espelhe concretamente a transformação pretendida para o espaço em questão, bem como o custo do mesmo, para que se possa tomar uma decisão responsável e informada.
- 2) A mudança deve ser ponderada com cuidado e não pode ser feita contra a vontade daqueles que serão mais afetados pela mesma. Contudo, é necessário esgotar todos os meios que permitam alcançar consenso, antes de descartar qualquer opção - a criação de uma comissão de acompanhamento do projeto constituída por funcionários, docentes e discentes favorecerá o diálogo e a salvaguarda de interesses e pretensões dos funcionários.
- 3) O projeto final será objeto de discussão e deliberação em sede de Conselho Académico – a deliberação presente é apenas um veículo para o desenvolvimento de uma ideia e não a implementação da mesma. Nada obsta a que o projeto final seja chumbado pelos Conselheiros Académicos em reunião futura, caso entendam que não reúne os requisitos para prosseguir.

Graça Silveira

Considerando que:

1. Existe consenso relativamente aos benefícios de agregar os serviços da FDL no mesmo espaço;





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2. As preocupações dos funcionários foram acauteladas, segundos os pareceres apresentados em reunião e pelos esclarecimentos prestados pelos engenheiros e arquitetos envolvidos na obra;

3. As preocupações dos estudantes foram atendidas, no que diz respeito à compensação do número de salas de aulas e à salvaguarda da existência de um espaço físico para a ELSA;

4. Foi acolhida a ideia por mim sugerida de criar uma comissão de acompanhamento da obra, composta por elementos de todos os setores da Escola, de modo a garantir que estas decorrem segundo o plano apresentado e respeitando todas as garantias que foram dadas;

5. A proposta final do projeto ainda será votada pelo Conselho Académico,

Votei favoravelmente o plano da obra para o piso 0, pois responde a uma necessidade premente da FDL de melhorar os seus serviços e de se assumir como uma Escola de excelência a todos os níveis, sob compromisso de salvaguardar as preocupações apresentadas pelos vários setores afetados pela referida obra.

André Vieira Pinto

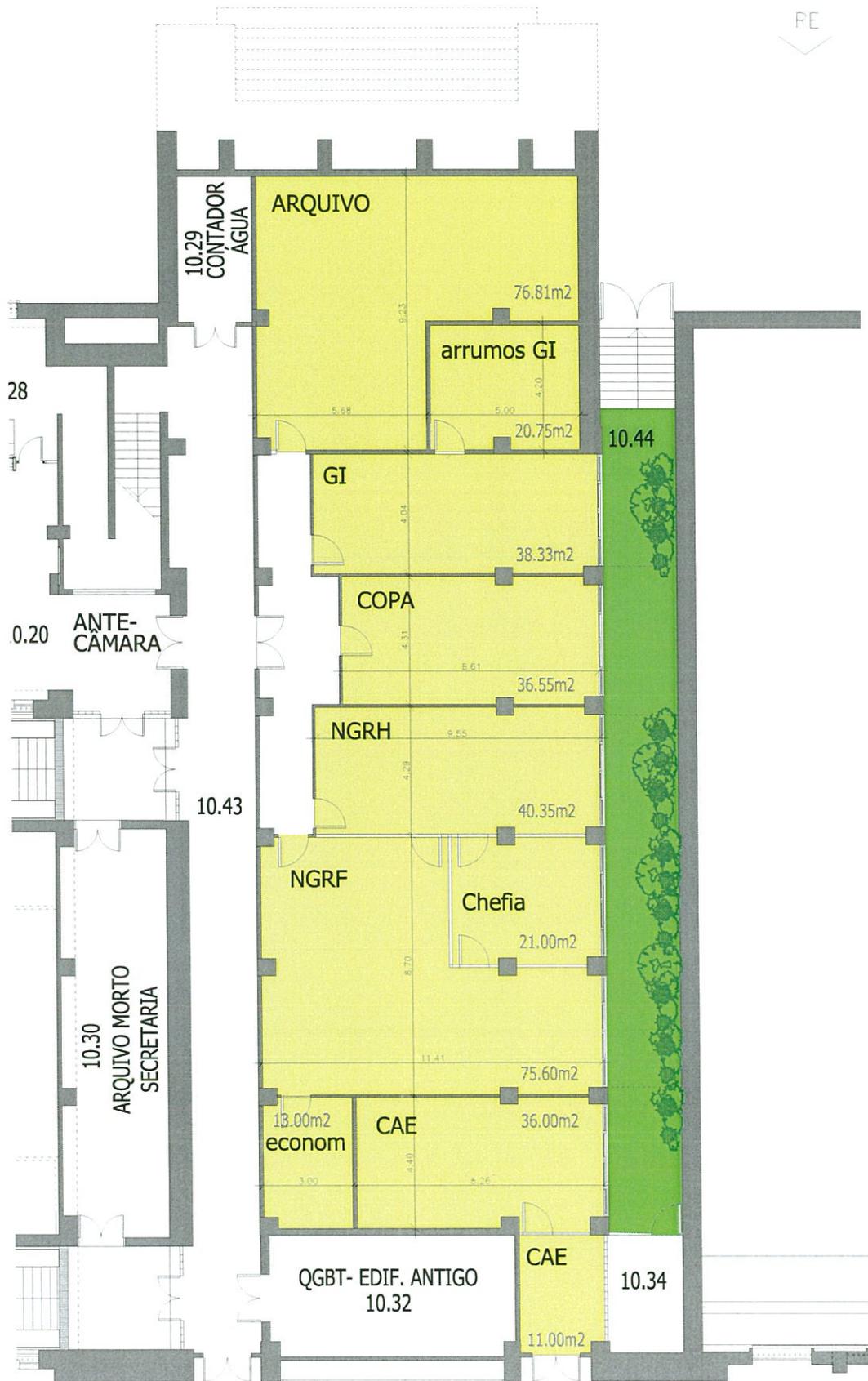
JDP



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ANEXO I
ANTEPROJETO DE ARQUITETURA E ZONA EXTERIOR

JD



JDP



JDP



JDF



JDF



JDF